



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 15 de junho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com a votação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 107/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade, após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 107/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), usaram da palavra, para participar no debate, os/as Srs./as Deputados/as Zuraída Soares (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*) e António Toste Parreira (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho.

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 43 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos esta manhã no ponto 15 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 107/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na defesa intransigente dos interesses e direitos da Região Autónoma dos Açores no âmbito da Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027”**, pedido de urgência este apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado e bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Creio que é por todos conhecida a fase, do ponto de vista (ainda anteontem fizemos aqui um debate) da arquitetura institucional europeia, em que este momento se revela como o momento crucial (não é um momento crucial, é o momento crucial!) para esta Assembleia se manifestar de uma forma inequívoca, em relação à proposta do Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021/2027. Eu diria que é uma oportunidade que nós não podemos perder.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário da Presidência do Governo Regional dos Açores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

A Comissão Europeia, o órgão comunitário de iniciativa legislativa dominado por uma maioria do PPE e de outros partidos de agrupamento da direita política europeia, apresentou recentemente a sua Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027, a qual prevê, para o nosso país, uma redução de cerca de 7% na política de coesão, de 5% na Política Agrícola

Comum, considerando os seus dois pilares, e de 3,9 na dotação do POSEI, como sabem, o programa de opções específicas para a insularidade.

Mesmo considerando que, nesta fase, ainda não está aberto o debate sobre a repartição interna, dentro de cada país, dos fundos comunitários, esta Proposta da Comissão apresenta um conjunto de opções políticas que condicionam a realização dos objetivos do próprio projeto europeu e que afetam gravemente os interesses do nosso País e em particular da Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Como aspetos a destacar, refira-se a redução dos montantes financeiros de diversos Fundos Europeus, em especial dos fundos estruturais que financiam a Política de Coesão, dos fundos que financiam a Política Agrícola Comum, da imposição de um grande aumento nas taxas de cofinanciamento do nosso país, e previsivelmente da Região, nos investimentos realizados no âmbito da Política de Coesão e da PAC, bem como alterações ao nível da elegibilidade de despesas para efeitos de comparticipação. Todas estas alterações representam um retrocesso que muito afeta os legítimos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Realça-se, a este propósito, que, mais do que lidar com as consequências orçamentais da saída do Reino Unido, a proposta da Comissão Europeia corresponde a uma alteração profunda e significativa da orientação política da União Europeia quanto à prioridade e à forma de concretizar objetivos como a coesão económica, social e territorial.

Estamos, assim, perante uma preocupante inversão de tendência e podemos estar perante um momento que pode ser de uma viragem histórica.

A política de coesão da União Europeia e a PAC assumem uma importância fundamental para o futuro da Região Autónoma dos Açores, pois asseguram os meios, a estabilidade e a previsibilidade, fundamentais para o desenvolvimento económico e para o progresso social da Região Autónoma.

A União Europeia assume como uma das suas principais missões (isso não deixa de ser curioso) proceder à coesão económica, social e territorial da União através da Política de Coesão, mas a prática parece ser outra.

Esta política é a mais importante política de investimento da União Europeia uma vez que se constitui como um importante instrumento de investimento regional (aliás, a política de coesão é a política regional da União Europeia), estruturando, em articulação com outras políticas europeias, a intervenção nos vários domínios de desenvolvimento económico, social e territorial e concorrendo para o processo de convergência com as médias comunitárias e para a correção de desequilíbrios estruturais.

Por outro lado, o Estatuto de RUP, formalmente reconhecido pelo artigo 349.º do TFUE – Tratado de Funcionamento, assegurou aos Açores a base jurídica comunitária que permitiu instituir um programa de opções específicas de apoio à insularidade (o conhecido POSEI), que tem uma dotação própria, e que tem permitido à Região enfrentar os sobrecustos das atividades do setor primário nas nossas ilhas e também atenuar as medidas de liberalização e de descaracterização que as últimas reformas da PAC têm introduzido.

O POSEI é assim um programa da maior importância para os Açores, nomeadamente para os nossos agricultores e nomeadamente para reforçar as medidas do primeiro pilar da PAC e assim aumentar o apoio direto ao rendimento dos nossos agricultores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi consciente de todos esses factos e dos últimos desenvolvimentos ao nível da preparação do futuro Orçamento Plurianual da União Europeia, que o Grupo Parlamentar do PS-Açores anunciou, na passada semana, e na conclusão das nossas Jornadas Parlamentares sobre agricultura, que decorreram na Ilha de São Miguel, e que marcaram mais uma vez a intenção e a prova do PS estar na primeira linha de defesa da nossa economia,

dos nossos setores produtivos tradicionais e particularmente dos nossos agricultores, que anunciámos que apresentaríamos aqui neste Parlamento uma Proposta de Resolução sobre pronúncia por iniciativa própria da Região à proposta da Comissão Europeia sobre o próximo Orçamento Plurianual da União.

Assim, esta proposta, que eu passarei a descrever os diversos pontos resolutivos, que não são muitos e atendendo à solenidade deste momento gostaria de destacar:

Em primeiro lugar, considerar manifestamente insuficiente, quer quanto a recursos, quer quanto a orientação política, a atual proposta da Comissão Europeia para o Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027;

Segundo, manifestar a necessidade de proceder ao reforço do financiamento do montante atribuído a Portugal ao abrigo da Política de Coesão da União Europeia para este mesmo período;

Terceiro, apelar ao reforço do montante global atribuído a Portugal no âmbito da Política Agrícola Comum, quer no primeiro pilar, quer no segundo pilar (e aqui convém referir que a redução no segundo pilar é muito acentuada e o ligeiro acréscimo no primeiro pilar decorre, como também já referi anteontem de um sobre-esforço das participações nacionais e este não é o cenário que nós desejamos e por isso temos como terceiro ponto aquilo que eu precisamente referir);

Em quarto lugar, salientar a necessidade de reforço do montante atribuído ao Programa Específico para a Insularidade POSEI, como forma de discriminar positivamente os constrangimentos permanentes das RUP, que é, aliás, o motivo da sua criação, e no seguimento da boa avaliação que a própria Comissão faz do funcionamento desse programa específico (eu diria que é

sempre bom lembrar e reafirmar a necessidade de coerência da parte das instituições);

Em quinto lugar, garantir que a posição negocial em torno da Política de Coesão pós-2020 não coloque em causa o acervo jurídico já alcançado pelas Regiões Ultraperiféricas – o designado *acquis* da ultraperiferia – e que se traduz:

- a. Manutenção da atual taxa de cofinanciamento;
- b. Num tratamento conjunto das RUP no âmbito da concentração temática;
- c. Numa alocação específica do FEDER, visando a compensação dos sobrecustos das RUP;
- d. E na elegibilidade, no quadro da Cooperação Territorial Europeia, à cooperação transnacional e transfronteiriça.

É este o acervo, o património político que as RUP já conquistaram ao longo de muitos anos e de muitas lutas, com Governos do PSD, com Governos do PS, quer na República, quer na Região, que nós reafirmamos aqui como sendo, no jargão jurídico, o *acquis* comunitário das ultraperiferias que nós queremos afirmar e preservar como uma questão central na elaboração desse orçamento futuro.

Em sexto lugar, salientar a imperiosa necessidade de conclusão do processo de definição do novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, e a respetiva regulamentação, até ao final do próximo semestre de 2019.

Achamos que isso é fundamental para nós, atendendo à experiência do passado, podermos assegurar uma transição do atual Quadro para o próximo Quadro, sem interrupções, sem perturbações, permitindo assim nós termos as linhas de financiamento e as linhas de apoio à nossa economia privada e também a capacidade de investimento público sem perturbações nesse período.

E finalmente, em sétimo lugar, manifestar total solidariedade e apoio ao Governo da República em todas as diligências e ações por ele desenvolvidas para a realização dos objetivos constantes desta Resolução.

Aqui, eu gostava também de fazer um terceiro parenteses: se nós atendêssemos à aplicação, como alguns Comissários Europeus, e eu não quero estar aqui a introduzir polémica partidária em excesso, mas a verdade nós temos que dizer... Aquilo que muitos Comissários da família política da direita, na Europa, defendiam que se devia aplicar a Portugal, por exemplo, em matéria de política de coesão, era a aplicação de uma fórmula que representaria um corte de 30% nas verbas para o nosso país.

E foi através do Governo do PS, foi através do Governo de António Costa... Isto é verdade, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade, é!

O Orador: Olhe, inscreva-se, participe neste debate que eu explico-lhe isso.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Só mesmo o senhor para acreditar nisso!

O Orador: O senhor devia saber o que é que está a dizer, mas não sabe, infelizmente.

Portanto, foi através desse processo que se garantiu que, através de uma modelação desta proposta, se chegasse a um corte de 15%.

E foi depois – e é a parte que o PSD se precipitou e que não deveria ter comentado – também por mérito do Governo da República Portuguesa, com base no trabalho que o Governo Regional, e muito bem, sensibilizou e alertou o Governo da República, possível, com uma ajuda preciosa do Comissário Carlos Moedas, que este corte que tinha sido de 30, que passou para 15, fosse reduzido para 7%, que é o ponto atual das negociações, aliás, como eu comecei por referir.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores queria também aqui publicamente registrar e agradecer o trabalho não só do Governo da República, mas é justo dizer, o grande trabalho de solidariedade, de empenho e de profunda atenção para com os Açores e para com o país que o Sr. Comissário Carlos Moedas teve em todo este processo e que certamente terá no futuro.

É caso para dizer que na direita política europeia ainda há pessoas que têm consciência daquilo que devem fazer em prol do seu país e das regiões do seu país.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A construção europeia é um projeto empolgante e é um projeto que o PS sempre se envolveu profundamente.

Nunca foi a nossa prática criticar a construção europeia, nem introduzir populismos de culpabilização das instituições europeias. O que nós fazemos e já fizemos aqui nesta sessão plenária foi chamar a atenção que quem está conduzindo as instituições europeias toma opções incorretas e injustas. Isto não pode ser confundido com um ataque à construção europeia que nunca foi a identidade, e eu creio que nunca será, do Partido Socialista, quer no nosso país, quer na Região.

Nós sabemos bem, e já o dissemos e reafirmamos aqui, que a construção e a integração europeia é um processo difícil, é um processo muitas vezes penoso e é um processo que compara-se um pouco a como andar de bicicleta: nós se deixarmos de pedalar podemos cair. Por isso é que a nossa participação, o nosso envolvimento, a nossa luta no plano político nas instituições europeias, e aqui destaco também o papel que o Governo Regional tem desenvolvido em muitos domínios, os Açores são (e isso é reconhecido) uma Região que participa ativamente em todas as instituições e em todas as organizações europeias em que participa. Isso é da maior importância, porque isto representa o espírito de

construção, o espírito de esforço político que é, no fundo, o “pedalar”, obviamente aqui entre aspas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é de facto o momento crucial para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifestar de uma forma inequívoca, a sua posição sobre a proposta Orçamental Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027. Assim, o Grupo Parlamentar do PS, comprometido com a defesa do nosso regime autonómico, com a valorização da nossa Assembleia e a com a intransigente defesa dos interesses dos Açores, e simultaneamente afirmando a nossa abertura a consensos, o nosso espírito de diálogo fecundo e a nossa profunda cultura democrática parlamentar, convidamos todos os grupos e representações parlamentares a juntarem-se a nós, a unirem-se ao PS e a apoiarem esta nossa iniciativa em nome dos Açores e em nome dos açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Na perspetiva do Governo Regional apreciamos como muito positiva esta proposta do Partido Socialista que, em boa hora, entendeu tornar pública e trazer aqui uma posição pública e uma posição política forte deste Parlamento sobre o processo negocial no âmbito da proposta do Orçamento Comunitário Plurianual.

Parece-nos também importante referir como é que os Açores chegam a este momento. O trabalho e o processo que foi desenvolvido pela Região Autónoma dos Açores, também pelos partidos aqui representados, que nos permitiu chegar com confiança e com a consciência plena de que fizemos bem o nosso trabalho de casa e que somos um bom exemplo enquanto Região, no espectro nacional e no espectro europeu.

Recordo:

Como sabem, nós desenvolvemos um amplo e intenso processo de debate, de auscultação, de confrontação, de troca de opiniões e de ideias com a sociedade civil açoriana, com os parceiros sociais e também com os partidos aqui representados.

Portanto, as posições dos Açores junto do Estado português e junto de Bruxelas não foram apenas a posição do Governo, enquanto Governo. Foram, tendo em conta o trabalho que foi desenvolvido, verdadeiramente a posição da Região Autónoma dos Açores no seu todo.

Em segundo lugar, parece-me importante também realçar e explicar como é que chegamos aqui e como estamos aqui neste momento. Somos uma Região que ao longo dos anos (e é possível dizê-lo), ao longo dos 40 anos de democracia autonómica, foi um bom exemplo e uma importante referência na aplicação dos fundos comunitários na nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é absolutamente inquestionável.

Haverá com certeza perspetivas diferentes sobre as opções tomadas, sobre o investimento que foi feito aqui, ali e acolá e se calhar deveria ter sido feito noutra sítio. Enfim!... Isso faz parte, é importante e é saudável que assim seja, mas é justo referi-lo: os Açores, enquanto região, em 40 anos de democracia, tem sido uma referência e um bom exemplo na aplicação dos fundos comunitários nas suas diversas dimensões.

Provam isso as avaliações que têm sido desenvolvidas, provam isso intervenções públicas...

Deputado Marco Costa (PSD): E os índices daí resultantes?

O Orador: ... e referências públicas dos mais altos responsáveis políticos no âmbito da Comissão Europeia, e a prova disso é, por exemplo, o Relatório da Comissão relativamente à aplicação do POSEI...

Deputado Marco Costa (PSD): A aplicação é o resultado de!...

O Orador: ... aqui, na nossa Região, de dezembro de 2016, que é muito claro quando elogia os Açores relativamente a essa aplicação, como o Sr. Deputado José San-Bento referiu, e muito bem, na sua intervenção.

Portanto, estas duas dimensões são muito relevantes para nós. Em primeiro lugar, chegamos aqui e entramos no processo negocial depois de um amplo debate público na sociedade açoriana, o que nos permite afirmar em Bruxelas e junto do Estado português que esta posição não é uma posição do Governo dos Açores, sectária. É uma posição da Região Autónoma dos Açores nas suas diversas vertentes e isso para nós é absolutamente fundamental.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o facto de termos construído um caminho, não apenas os Governos do Partido Socialista, mas sejamos justos, os Governos anteriores, de credibilidade e de credibilização permanente na aplicação dos fundos comunitários na nossa Região, e isso, na nossa perspetiva, tem que ser reconhecido pelas instâncias comunitárias.

Já foi aqui e muito bem explicado e referenciado pelo Sr. Deputado José San-Bento, e através desta proposta que nos parece muito feliz, muito bem construída, aquelas que devem ser as nossas preocupações no âmbito das reduções já anunciadas para a política de coesão, no âmbito das reduções já anunciadas para a Política Agrícola Comum. Também nos parece que esta proposta tem outra virtude importante: não reduz este debate apenas à questão financeira.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Há aqui questões de base e de princípio que merecem uma reflexão importante da nossa parte e merecem também o nosso protesto. Diga-se, por exemplo, que pela primeira vez na definição dos quadros comunitários (pela primeira vez!), o montante afeto às verbas geridas por Bruxelas, pela Comissão, é superior às verbas geridas pelos Estados-Membros.

Isso denota na nossa perspetiva uma visão que nos levanta algumas preocupações. Apesar de ainda estarmos numa fase intermédia do processo, em que ainda não estamos a definir aquela que é a divisão dos fundos dentro de cada país para cada região, essa é também uma visão de Bruxelas e da atual Comissão que, enfim, levanta algumas preocupações e também é importante não reduzir este debate às questões financeiras quando também na base, por exemplo, daquilo que é a PAC, no âmbito da relação entre o primeiro pilar e o segundo pilar, verifica-se algum aumento, como aliás o Sr. Deputado José San-Bento também referiu, nos apoios no âmbito do primeiro pilar, nos apoios diretos, mas há uma redução nos apoios do segundo pilar, ou seja, naquilo que é o apoio à competitividade e ao fomento da competitividade da atividade agrícola.

Portanto, há aqui um conjunto de introdução de novas perspetivas que não têm única e exclusivamente a ver com o Brexit e com a saída da Inglaterra e do Reino Unido. Tem a ver com, enfim, algumas perspetivas que possam estar a

ganhar a visão dominante na Comissão e esperemos que assim não seja no âmbito do Parlamento Europeu.

Portanto, este é um assunto muito sério e em boa hora o Partido Socialista trouxe aqui esta proposta.

Este é um assunto e uma matéria que marca as próximas décadas nos Açores (é importante que tenhamos isso em conta), a política de coesão, a Política Agrícola Comum, aquela que é a perspetiva da Comissão e das instâncias comunitárias sobre o Estatuto de Região Ultraperiférica, aquilo que deve ser o POSEI. Marca pelo menos as próximas duas décadas na nossa Região e é fundamental, e registo também e saúdo, o registo sério, gerador de consenso, que o Sr. Deputado José San-Bento teve naquela tribuna, porque é importante que todos nós, independentemente das nossas divisões, daquilo que cada um acredita, até do nosso quadro mental ideológico e programático que é absolutamente legítimo e, diga-se, fundamental, nestes momentos, tenhamos a capacidade de criar uma frente unida, comum, que possa ajudar a defender a nossa posição lá fora.

E dirão alguns mais cétricos, com certeza: bom, estamos aqui nos Açores, no Parlamento dos Açores, temos dúvidas que alguém em Bruxelas, nos gabinetes de Bruxelas ligue sequer à posição do Parlamento dos Açores sobre este assunto.

Desenganam-se!... Desenganam-se!... Isso não é verdade!

Se nós, nestes momentos cruciais, mostrarmos que estamos divididos, não tenham a mais pequena dúvida que eles aproveitarão isso a seu favor.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Prescinde. Pergunto então se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acompanha o Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista, quer no seu conteúdo, quer na forma crítica, como denuncia a contradição entre aquilo que a União Europeia diz e aquilo que a União Europeia faz.

O quadro plurianual que temos em mãos, como proposta, é não só penalizador em termos de verbas, como introduz mais centralismo na gestão dos fundos.

Na sua generalidade este quadro penaliza os países com economias mais débeis e introduz desvio de verbas, como é o caso do lançamento do exército europeu, projeto, aliás, infeliz e que só serve os interesses da Alemanha na sua necessidade de juntar ao gigante económico que é a capacidade de disputa internacional.

Bem sabemos que as linhas mestras deste plano não são passíveis de alteração.

Basta ouvir a senhora Merkel.

Mas mesmo nesta situação tem todo o cabimento este Projeto de Resolução que se enquadra no esforço nacional para minorar este atentado dos poderosos da Europa.

O Bloco de Esquerda que sempre defendeu a Europa, mas uma Europa com outras políticas económicas, sociais e financeiras, uma Europa com democracia a todos os níveis e respeito pelos povos e países que a integram (o Bloco de Esquerda, dizia eu), não podia deixar de se associar nesta batalha contra os cortes financeiros. Fazemo-lo aqui nos Açores, tal como o fazemos na República, tal como o fazemos em Bruxelas.

Contudo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não contem com o Bloco de Esquerda para entrar na falsa polémica entre PS, PSD e CDS, de qual foi o Governo que perdeu mais fundos europeus.

É uma discussão sem saída, saber se perdemos fundos, medidos a preços correntes ou a preços constantes. É uma discussão estéril, mas serve para impedir a discussão das causas que estão na base daquilo que todos e todas nós nos queixamos hoje, ou seja, a proposta centralizadora e a diminuição de fundos que Bruxelas apresenta.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não é possível aplaudir Maastricht e o seu sucedâneo, ou seja, o Tratado de Lisboa, documentos que consagram um caminho de maior distanciamento das decisões e das políticas dos povos da Europa, documentos que consagram uma lógica financeira, económica de concentração de empresas e poderes políticos fora dos países membros, não é possível aplaudir Maastricht e o Tratado de Lisboa, e depois vir manifestar-se contra o centralismo.

Não é possível aplaudir, como foi o caso durante a crise iniciada em 2008, a chamada inevitável política financeira, imposta pelas economias mais poderosas da Europa aos países mais débeis economicamente, e até mesmo a imposição de Governos tecnocratas, não é possível fazer isto, e depois mostrar admiração pelo que está a suceder, por exemplo, em Itália.

Não é possível aprovar a criação do Exército Europeu e depois criticar a falta de verbas para a coesão.

Face às evidências do caminho europeu constantemente consagrada em Portugal, pelo PS, PSD e CDS, o Bloco de Esquerda compreende mal que à última hora se venham apresentar propostas de criação de novas fontes de financiamento obviamente só para consumo interno.

Aquilo que este Projeto de Resolução do Partido Socialista tanto critica, como todos e todas sabemos, tem o Brexit como pretexto. Mas também todos e todas sabemos que um pretexto é um pretexto, é um pretexto.

A verdade, verdadinha, está no modelo de construção europeia, o qual serve os interesses dos poderosos e dos mais ricos contra os seus próprios povos e contra os países menos desenvolvidos.

Numa União Europeia em desagregação as grandes propostas de Macron aumentam a centralização e dão conforto à construção de uma Europa a várias velocidades.

Numa União Europeia em desagregação, para a senhora Merkel, a primeira grande prioridade é o Exército Europeu, mas em vez de nos pronunciarmos sobre tudo isto, em vez de ousarmos colocar em causa o caminho que está a ser seguido, o Partido Socialista, o PSD, o CDS, entretêm-se, ou vão se entreter, presumo eu, a discutir quem foi o Governo que perdeu ou ganhou mais fundos. A verdade, ao que tudo indica, é que vão continuar neste entretenimento onde a inutilidade é absoluta.

Entretanto, nós e os outros países da Europa vamos continuar a assistir a políticas que se já são altamente dramáticas, em vários pontos de vista, no presente, nós, no Bloco de Esquerda estamos convictos que serão bem piores no futuro e serão bem piores em termos de coesão, bem piores em termos de solidariedade, bem piores em termos de humanidade, em termos de paz e em termos de desenvolvimento.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Mais cedo do que tarde este Parlamento terá que se debruçar sobre o modelo de construção europeia e sobre o modelo de Europa que os Açores integram, de pleno direito, mas para a qual outros valores se levantam, valores, convém afirmá-lo aqui e agora, muito pouco aconselháveis, em termos de democracia, em termos de solidariedade, em termos de humanidade.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, alguma coisa está a falhar no trabalho de casa e há uma conclusão que é possível tirar, não é bonita, mas, esta sim inevitável: ser bom aluno, cumpridor e altamente participativo nos desígnios da União Europeia não tem reconhecimento, tem castigo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da discussão sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, a Comissão Europeia propõe um corte de 3,9%, em todos os programas de apoio às Regiões Ultraperiféricas.

Assim, os envelopes financeiros associados ao programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e insularidade, POSEI, serão significativamente afetados.

O corte no POSEI acresce aos cortes já anunciados na política de coesão e na Política Agrícola Comum.

O Partido Comunista Português considera que estes cortes são absolutamente inaceitáveis e confirmam quais as prioridades e orientações políticas da União Europeia, cada vez mais afastada das necessidades dos Estados-Membros que enfrentam maiores dificuldades e cada vez mais longe do apoio aos sistemas produtivos e às suas populações.

Importa ainda sublinhar que o corte anunciado para os Açores e para a Madeira no POSEI é apresentado a preços correntes, ou seja, na realidade, a preços constantes ajustados pela inflação, estes cortes no POSEI vão ser muito maiores.

A concretizarem-se, estes cortes vão ter consequências profundas, negativas, para a economia dos Açores e dos nossos setores produtivos em particular.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português defende nesta Assembleia Legislativa Regional, como também defende o Partido Comunista Português na Assembleia da República e como o Partido Comunista Português no Parlamento Europeu, que no orçamento comunitário haja uma contribuição maior por parte de quem mais tem beneficiado do processo de integração europeia e que os estados tenham maior autonomia na execução dos fundos comunitários, em sentido contrário, da proposta da Comissão Europeia, que pretende ainda maior centralização de decisões em Bruxelas, de acordo com as prioridades por si definidas.

A par de uma profunda modificação de Política Agrícola Comum, da necessária restauração do POSEI Pescas, fora do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e da criação de um programa específico POSEI Transportes, os Deputados do Partido Comunista Português, no Parlamento Europeu, têm vindo a exigir um orçamento comunitário que faça justiça e compadeça, em particular, as regiões autónomas pelos prejuízos acumulados, decorrentes de políticas impostas pela União Europeia e cujas consequências no nosso aparelho produtivo são bem visíveis, em vez do reforço do Orçamento Comunitário para a segurança e defesa e a indústria bélica como preconiza a Comissão Europeia.

Por seu lado, o Partido Comunista Português defende a aposta no investimento público sem constrangimentos impostos por Bruxelas no combate às desigualdades e assimetrias internas entre os Estados-Membros.

As políticas europeias estão cada vez mais orientadas para os interesses de grandes potências da União Europeia e os seus grupos económicos.

Portugal não pode aceitar, nem submeter-se às imposições da União Europeia. A defesa dos interesses de Portugal em geral e dos Açores em particular passam, em muito, pelas posições políticas que são assumidas no Parlamento

Europeu, nomeadamente pela representação dos eurodeputados portugueses em Bruxelas e em Estrasburgo.

Ontem mesmo decorreu uma votação no Parlamento Europeu que aprovou a reposição do número de eurodeputados para o próximo mandato, na sequência da saída do Reino Unido da União Europeia.

Portugal manterá 21 lugares quando já teve 25, enquanto países como a França e Espanha mais 5 lugares, Itália e Holanda mais 3 lugares, são os principais beneficiários e terão um reforço da sua representação.

Assim, Portugal perde peso relativo às potências dominantes da União Europeia.

Os únicos eurodeputados portugueses que se opuseram ao reforço das grandes potências no hemiciclo de Estrasburgo foram os três Deputados do Partido Comunista Português.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De nada serve defender uma coisa na Região e no Parlamento Europeu ser favorável aos critérios, prioridades e orientações políticas que estão em curso na União Europeia e que trazem cortes nos fundos comunitários e perda de peso de eurodeputados portugueses relativamente aos países dominantes na Europa, como é prática corrente, do Partido Socialista, do PSD e do CDS.

Anteontem o afirmámos aqui, e hoje voltamos a afirmá-lo: o Partido Comunista Português vai continuar, de forma coerente, a defender os interesses da Região, seja cá na Região e nesta Assembleia, seja como sempre fez no Parlamento Europeu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, como é evidente. Achamos que é uma tomada de posição importante por parte deste Parlamento, neste momento, e valorizamo-la como tal, como também o que aprovámos ontem em relação às ultraperiferias,...

Deputado José San-Bento (PS): Anteontem!

O Orador: ... tem importância, igual importância, igual dignidade e igual solenidade.

Infelizmente para alguns Deputados do Partido Socialista, ontem o nosso Projeto de Resolução...

Deputado José San-Bento (PS): Anteontem!

O Orador: ... era como o “Melhoral” não fazia bem, nem mal.

Nós não o entendemos assim, nem a de ontem, nem a de hoje.

É bom notar que além daquela tomada de posição importante, ontem, deste Parlamento, por unanimidade, desta hoje que certamente será tomada também por unanimidade, lembrar que não há muito tempo veio ao Parlamento Regional uma proposta, também do PSD, no âmbito do Parlamento nacional, uma resolução defendendo os interesses de Portugal e especificamente das ultraperiferias, no âmbito da Assembleia da República.

Veio à Comissão Especializada, nos Açores, esta proposta do PSD e teve parecer favorável, unânime, de todas as forças políticas na Comissão de Economia. No Parlamento nacional, na sua votação na generalidade, teve apenas o voto do PSD e do PAN, mas esperamos que depois os outros partidos também possam reconsiderar e associar-se àquilo que o PSD propôs na Assembleia da República, que até a Assembleia Regional, por unanimidade, deu parecer favorável. Que os outros partidos, no âmbito do Parlamento nacional, se possam também associar ao PSD na Assembleia da República na defesa dos interesses de Portugal e das ultraperiferias, como vem bem

explicitado nessa proposta do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República.

Portanto, quer seja na Assembleia da República, quer seja no Parlamento dos Açores, como ainda ontem se viu com o nosso Projeto de Resolução sobre as ultraperiferias, quer seja hoje, podem sempre contar, os açorianos e açorianas, com o PSD/Açores para estar ao lado dos interesses desta Região perante aquilo que são as negociações no âmbito da União Europeia.

Eu acho que esta posição unânime desta Casa passaria muito bem sem tentativas de provocação a dizer que é a direita ou é a esquerda nas instituições comunitárias que está a fazer isto ou aquilo. Passaria muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Quem disse coisas dessas foi o senhor!

O Orador: Eu já explico porquê. Porque nós estamos todos do mesmo lado e sabem bem que essa questão não tem a ver com a direita ou com a esquerda, porque senão – reparem! –, no último Quadro Financeiro, as matrizes ideológicas das instituições comunitárias não eram muito diferentes das atuais.

Deputado José San-Bento (PS): Eram essencialmente as mesmas, é verdade!

O Orador: É verdade.

Nesse quadro, para Portugal veio menos 9,7% de fundos comunitários há 7 anos (não é verdade?). Confere também, não é verdade? Sim senhor! Muito bem!

Portanto, está conferido. Todos concordam. A matriz ideológica das instituições comunitárias era semelhante à atual, veio menos 7,9% de fundos para Portugal. Toda a gente concorda, toda a gente sabe disso.

No entanto, os Açores até tiveram mais verbas para a Região. Porquê? Porque depois a negociação dentro do país foi favorável aos interesses da Região, quando tínhamos a troika cá, quando o tal governos diabolizado do PSD e do PP, afinal, apesar de ter reduzido 9,7% os fundos comunitários que vieram para Portugal no último quadro, para os Açores até foram aumentados.

A verdade é que nessa altura foi alegado que tal se devia à extraordinária capacidade negocial do Governo dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Também, foi, Sr. Deputado. Foram as duas coisas!

O Orador: Portanto, vou terminar dizendo que a minha expectativa, a nossa expectativa, é que estas negociações, quer seja com Bruxelas, quer seja depois no país, resultem pelo menos como resultaram no último Quadro Financeiro...

Deputado Paulo Parece (PSD): Exatamente!

O Orador: ... e para que o Sr. Presidente do Governo possa vir dizer que “este aumento de verbas para os Açores ocorre quando se verifica, ao nível global da União Europeia, uma diminuição dos envelopes financeiros para o período de programação de política europeia de coesão...”. Espero que o Sr. Presidente do Governo possa dizer isto também.

Espero ainda que o Sr. Presidente do Governo possa dizer que “foi mais uma batalha difícil, que, felizmente, mais uma vez, vencemos a bem dos Açores e para benefício dos açorianos. Este desafio está ultrapassado com sucesso. Mas surgem agora novos desafios ...”. Muito bem! Eu espero que possamos chegar a esse dia e estamos a dar o nosso contributo para isso.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Os senhores concordam com isso!

O Orador: Espero ainda que o Sr. Deputado Francisco César, em nome do Secretariado do Partido Socialista, possa dizer, como disse nessa altura, que, “apesar do país ter visto reduzido o total de fundos para 2014-2020, os Açores não só conseguiram evitar uma diminuição de apoios, como até reforçaram o envelope financeiro”.

E disse mais. “O reforço de verbas premeia o bom desempenho da Região na execução dos fundos comunitários”.

Deputado André Rodrigues (PS): O senhor é que diz isso!

O Orador: Portanto, penso que temos todas as condições (todas as condições!) para conseguirmos uma boa solução, um bom resultado e certamente ficaremos todos muito felizes que nesse dia nós consigamos que o Governo e as autoridades dos Açores possam dizer o mesmo que disseram há 7 anos, com esta excelente negociação que certamente terão pela frente como fizeram há 7 anos, e podem naturalmente contar com o PSD, em todos os momentos, para essa negociação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar a verdadeira aula de diplomacia política que o Sr. Deputado José San-Bento nos proporcionou hoje, ali, daquela tribuna.

Numa iniciativa em que aquilo que se pretende é um pacto de regime, numa iniciativa em que se sabe, à partida, que se terá esse pacto de regime porque todos os partidos aqui sentados querem reforçar a importância de todos estes instrumentos europeus no desenvolvimento das nossas políticas regionais, sabendo, em antecipação, que terá o apoio de todas as bancadas, começa por pedir o apoio dessas bancadas, como diria o povo, “distribuindo lenha”: à direita porque os senhores são os responsáveis, porque são a cor política que está lá, pelos cortes que estamos aqui a verificar; a outras cores políticas, porque não somos como aqueles partidos que afinal até não gostam da Europa, mas quando chega à hora de pedir dinheiro estão todos disponíveis para pedir dinheiro pela gente.

Quer dizer, isto é o que se chama uma verdadeira aula de diplomacia política, que é vir convidar as diferentes bancadas para se solidarizar com este pacto de regime, começando por distribuir lenha.

Mas posta esta felicitação que é merecida, eu devo dizer que o CDS efetivamente está completamente solidário, não só pela questão do decréscimo dos envelopes financeiros, como todo um determinado número de tiques centralistas que se estão a começar a verificar.

Desde logo, em relação ao POSEI, que é um instrumento que todos nós sabemos que é para as ultraperiferias, que é um instrumento que o envelope financeiro tem sido sempre gerido de uma forma autónoma, que em relação ao POSEI Pescas se perdeu essa autonomia e todos nós estamos hoje a verificar todos os transtornos que isso tem para a Região, que o FEAMP afinal não era só chamar de uma forma diferente aquilo que nós poderíamos chamar o POSEI Pescas, que era praticamente a mesma coisa. Hoje nós percebemos que não é a mesma coisa. Essa perda da autonomia tem consequências.

E verificar que agora as necessidades das Regiões Ultraperiférica, em relação ao POSEI Agricultura, devem vir integradas nos novos planos estratégicos dos Estados-Membros que são da responsabilidade dos Governos Centrais, não augura nada de bom em relação ao POSEI Agricultura. Já se está aqui a querer começar a colocar as necessidades das ultraperiferias nos planos estratégicos que são da responsabilidade dos Estados-Membros e não das regiões.

Portanto, eu penso que temos que estar muito atentos, muito solidários e muito firmes na não aceitação destes tiques de centralização e de perda da autonomia de alguns instrumentos que nós temos, porque se é verdade que há uma tentativa de decrescer o envelope financeiro em 3 milhões, é mau, mas é muito mais grave se perdermos autonomia do POSEI Agricultura.

Obviamente que o CDS está solidário com tudo o que seja a luta em relação à manutenção do POSEI, mas dentro de casa tem que continuar a dizer aquilo que

sempre disse. É um instrumento que neste momento está completamente desajustado, porque as ações do POSEI continuam a financiar um modelo que está obsoleto.

Portanto, está desajustado, tem que ser revisto, porque dizer que os Açores tem um desempenho exemplar na execução dos Fundos Comunitários não é só na execução dos seus montantes, é na forma como gasta esses montantes, as políticas onde investe esses montantes, e isso tem que ser revisto.

Em relação a toda esta atitude da Comissão Europeia, o CDS já teve oportunidade de o dizer na própria Comissão, pela palavra do Deputado Nuno Melo, que se a coesão existe é exatamente para aproximar os países mais pobres dos países mais ricos e que não se percebe como é que neste momento países como a Finlândia que tem um PIB per capita de 103, em relação à média europeia tem um reforço de 5%, e um país como Portugal que tem um PIB per capita de 77%, em relação à média europeia, vai sofrer um corte de 7%.

Portanto, estes cortes, com esta lógica, são no mínimo arbitrários e que uma atitude destas por parte da Comissão não põe em causa apenas a estabilidade e a possibilidade de crescimento dos países mais pobres, mas põe obviamente em causa toda a natureza do projeto europeu.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford tem agora a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas que me parecem importantes, pela forma como o debate já decorreu até a este momento.

Sensivelmente há dois meses atrás, aqui, nesta Casa, o Partido Socialista, por meu intermédio, fez uma declaração política, ainda não era conhecida proposta nenhuma concreta para o próximo Quadro Plurianual de Fundos Comunitários,

mas mesmo não sendo conhecida, solicitava/apelava o PS, nessa altura, a que se formasse um consenso nesta Casa, um consenso forte, coeso e evidente para que toda esta questão fosse sempre acompanhada, por parte das forças políticas na Região, de forma articulada, porque esta era a melhor maneira de garantir o peso e a força das posições dos Açores em relação aos fundos estruturais.

Na altura, pareceu-me que não fomos totalmente compreendidos. Houve reações de desagrado, uma vez que se criticava algumas das declarações que tinham sido feitas por outros partidos e, portanto, fiquei com a sensação que havia disponibilidade, mas ao mesmo tempo essa disponibilidade não se notava fora desta Casa.

Daí para cá, voltou a verificar-se mais ou menos o mesmo. Cada vez que formalmente falamos do assunto aqui, há, de facto, manifestações evidentes e claras de apoio à causa regional; cada vez que alguns partidos falam deste assunto fora desta Casa a conversa é outra.

Portanto, o Sr. Deputado Duarte Freitas disse há pouco, na sua intervenção, que não percebia por que é que o Sr. Deputado José San-Bento tinha levantado a questão das famílias políticas de cada partido a nível europeu,...

Deputado José San-Bento (PS): Não gostam que eu diga a verdade!

O Orador: ... que isso não era relevante e até provocava uma certa desunião entre nós, mas o primeiro a levantar questões deste tipo, mal foi conhecida a proposta para o próximo Quadro Comunitário, foi o Sr. Deputado Duarte Freitas que, mal se conheceu a proposta europeia, que traz todos aqueles cortes que nós aqui já referimos, disse: agora o Governo Socialista da Região que se entenda com o Governo Socialista da República e com o Presidente do Eurogrupo, porque são todos da mesma família política.

Portanto, quem começou com esse tipo de conversa não fomos nós, Sr. Deputado. Aliás, se quer que lhe diga, nem nos interessa valorizar esse tipo de reação, nem esse tipo de discurso,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nessa declaração política o senhor fez uma intervenção de elegância florentina, que é o seu apanágio mesmo!

O Orador: ... mas é bom que se saiba que cada um tem as responsabilidades que tem e que cada um entende este assunto da maneira como entende.

Agora, não é esta claramente a ocasião para aprofundarmos este tipo de debate.

O que nós aqui pretendemos é muito claro: é que esta Casa, de forma unânime, ou pelo menos da forma tão alargada quando possível, possa dizer às instâncias comunitárias e também às nacionais que não compreende a forma como a União Europeia decidiu estruturar a proposta de fundos para o próximo Quadro Comunitário.

Não compreende e não aceita que a política de coesão, que é a política essencial, a razão de ser maior do projeto europeu do nosso ponto de vista, ou seja, desenvolver de forma harmoniosa todo o território da União Europeia, sofra restrições financeiras.

Não compreende que a União Europeia, que assenta também, em primeira instância, numa junção de vontades, do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura europeia, agora ache que isso já não é relevante.

Não compreende que quem reconhece a especificidade das economias e das realidades territoriais das Regiões Ultraperiféricas depois, quando nos programas específicos para analisar e debater esse problema, se retirem fundos.

Portanto, é isso que nós pretendemos que esta Assembleia diga, que não compreende e não aceita que isto seja feito desta forma,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que se reduza. E não é apenas uma questão quantitativa, não é o facto de poder haver menos fundos, é o facto de por trás disso estar a desconsideração de princípios que são fundamentais para o próprio projeto europeu da maneira como nós o concebemos e da maneira que nós achamos que

ele foi desenhado desde a primeira hora. Portanto, este é o objetivo essencial do debate que aqui nos traz.

A questão da direita e da esquerda é bom que cada um saiba onde é que está a direita e a esquerda, a cada momento, e sobre este assunto também, mas não é a questão fundamental e, portanto, não será por nós aprofundada neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do Partido Socialista é bem clara e bem objetiva. Consideramos a proposta da União Europeia para o período 2021-2027 insuficiente e desadequada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Defendemos claramente os interesses e os direitos dos Açores e dos açorianos.

Eu gostava de fazer aqui uma pequena referência ao que tem acontecido na Europa nos últimos tempos. As verbas da PAC na década de 70 representavam 70% do Orçamento da União Europeia. No quadro atual elas representam 38%, temos um decréscimo de 32%.

A produção de leite na Europa, em 2016, atingiu as 153.2 milhões de toneladas; em 2017, teve um acréscimo de 1.8%, ou seja, para 155.9 milhões de toneladas. Em 2015, a União Europeia aboliu as quotas leiteiras, ou seja, mais produção e menos consumo de produtos lácteos.

Por vezes acusamos aqui, e com razão, aquilo que acontece nomeadamente a nível nacional, o grande lobby, a LACTOGAL e a grande superfície que esmagam o preço.

E eu pergunto: o que é que faz a Europa?

Aboliu a quotas leiteiras e agora reduz nas verbas da PAC do pós-2020.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é mais do que evidente e é claro:

Enquanto houver a lei da oferta e da procura e enquanto a oferta for superior à procura vamos ter sempre essa dificuldade e vamos ter sempre a dificuldade de valorizar o preço do leite pago aos nossos produtores, que é o que mais interessa, valorizar a matéria-prima para depois valorizar esses mesmos produtos.

Nós pensamos, e eu penso claramente, cabe à Europa resolver o problema que ela própria criou.

Agora, relativamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas, nas notas que referiu, eu também tenho aqui algumas notas e vou responder-lhe com notas que não são iguais às suas, mas vou tentar responder.

16 de novembro de 2017 – a Sra. Eurodeputada Sofia Ribeiro diz o seguinte:

«A Eurodeputada Sofia Ribeiro defendeu, esta quarta-feira, a manutenção do POSEI numa reunião com o Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan. O encontro decorreu no âmbito da reunião do Grupo da Agricultura do Partido Popular Europeu, o maior grupo político do Parlamento Europeu» (e eu repito: o maior do Parlamento Europeu, em Estrasburgo).

«Durante o encontro, Sofia Ribeiro, na qualidade de relatora do Parlamento Europeu para a posição da sua Comissão da Agricultura sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual, exigiu a Phil Hogan [exigiu!] que “dê especial atenção às regiões mais desfavorecidas, com maiores custos de transportes, maiores riscos de intempéries e fatores de produção acrescidos, como é o caso das Regiões Ultraperiféricas, garantindo a manutenção e o reforço do POSEI”» (garantindo a manutenção e o reforço do POSEI).

«Em resposta à Eurodeputada Açoriana, Phil Hogan garantiu que não porá em causa o POSEI, afirmando saber que “estaria em dificuldades entre os

Açorianos se tal acontecesse”, numa clara referência à capacidade reivindicativa e de exigência da Eurodeputada do PSD/Açores.»

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O que aconteceu? Um corte de 3,9% no referido no referido POSEI.

Deputado José San-Bento (PS): Está a ver? A gente até cita os seus eurodeputados, Sr. Deputado! Veja só, o vosso Comissário!

O Orador: 2 de maio de 2018, o que diz a Sra. Deputada Sofia Ribeiro, numa das suas notas:

«Acho que deveríamos ser mais ambiciosos no contributo dos Estados-Membros para o Orçamento Europeu, nomeadamente elevando para 1.3% do rendimento nacional bruto.»

Agora vejamos o que diz a Sra. Deputada Berta Cabral e o Sr. Deputado António Ventura, na República.

Deputado José San-Bento (PS): Ui! Aí já é pior!

O Orador: “Sugerimos a contribuição dos Estados-Membros para o mínimo de 1.2%”.

Em que é que ficamos, Sr. Deputado? Aqui na Região o que é que pretendem?

Ou seja, a Sra. Eurodeputada pede 1.3 e o Sr. Deputado pede 1.2.

Deputado José San-Bento (PS): Um descontozinho!

O Orador: É a diferença de um mês para o outro, é isso que temos.

Era isto que eu tinha para dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento. Tem cerca de um minuto.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para referir, face àquilo que foi aqui referido:

Sra. Deputada Zuraída Soares, queria deixar claro só um aspeto. A conceção que o PS tem da construção europeia, é que uma política de defesa e segurança comum é muito importante.

Nós temos que ter consciência que, neste momento, a Europa é ameaçada em termos de liberdade. Nós temos países históricos na construção europeia que as pessoas têm receio de sair à noite, ao fim-de-semana, de frequentar uma esplanada.

Portanto, a Europa é um espaço de liberdade e é necessário nós compreendemos que a Comissão Europeia tenha que fazer face a novas áreas, na segurança, na defesa, no controlo de emigração, no combate ao terrorismo, os cidadãos exigem isso da União.

Eu queria que ficasse claro que nós não estamos aqui numa postura demagógica, onde queremos “sol na eira e chuva no nabal”. Nós sabemos que para financiar novas prioridades e para acomodar uma quebra de receitas pela saída do Reino Unido, os Estados-Membros deveriam contribuir um pouco mais para o Orçamento comunitário.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A questão é essa: o PS assumiu esse ónus de contribuir, o nosso país, para o aumento do Orçamento comunitário, porque, repare, o Orçamento de França é 50% do PIB da República Francesa e na Europa o Orçamento da União Europeia é 1% do PIB da União Europeia.

Portanto, vejam só a desproporção que aqui está e para nós, sempre dissemos isso, mais orçamento é melhor Europa.

Queria só também referir, Sr. Deputado Duarte Freitas, agradecer o apoio do PSD. É um apoio importante.

Também percebemos e registamos a tentativa que fez aqui agora de subir as expetativas. Uma vez ganha esta luta cabe agora ao PS-Açores assegurar com os seus camaradas que arranjem mais meios.

Nós estamos aqui para tratar essa luta.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, o que eu lhe queria dizer é que nós assumimos essa responsabilidade como é evidente.

Gostava mesmo só, para terminar, de referir que a nossa proposta... Nós votámos a favor da proposta do PSD (termino já, Sra. Presidente), nós votámos convictamente a favor da proposta do PSD, mas a nossa proposta é diferente, Sr. Deputado, conforme eu tive oportunidade de dizer.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa proposta é mais ampla, é mais profunda, é mais abrangente e tem, por isso mesmo, uma parte resolutiva que nós achamos que é mais meritória, conforme eu também disse na altura.

De qualquer forma, podemos entender que as duas se complementam. Nós achamos que a nossa proposta tem muito mais mérito, mas o que interessa é que nós estamos unidos na defesa dos Açores e foi esse o nosso objetivo, como aliás muito bem salientou aqui o Governo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto no sentido de dar nota de que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se manifestou mais uma vez ao lado do Parlamento, ao lado do Governo dos Açores, ao lado dos órgãos de Governo próprio, na defesa dos interesses desta Região e na defesa de uma boa negociação relativamente aos fundos comunitários.

Aquilo que eu referi aqui que foram as expressões do Sr. Presidente do Governo há alguns anos atrás sobre o atual Quadro e até do Secretariado do Partido Socialista sobre a excelente negociação que o Governo de então se vangloriava de ter feito no âmbito dos fundos comunitários, porque tinha descido a nível nacional e até tinha subido para os Açores, aquilo que queremos verdadeiramente, é uma boa negociação em Bruxelas, mas seja qual for a boa negociação em Bruxelas, que os Açores saiam tão beneficiados como saíram no atual Quadro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Queria também aqui registar o regozijo com que o PS assinala esta votação da nossa proposta, porque de facto ela tem não só um simbolismo político que é evidente, como ela também tem, e queria relembrar também esse aspeto, um impacto e tem implicações no plano político que são da maior importância.

Todos nós podemos agora afirmar, quer o Governo Regional que terá também um papel importante, quer o Parlamento dos Açores, os parlamentares, que estamos unidos na defesa dos interesses dos Açores e isso para nós é da maior importância, porque este era, de facto, o momento certo para nós nos pronunciarmos na atual fase das negociações.

Outra fase será posterior, uma fase em que já implicará, decidida a dotação para o país, uma redistribuição interna, o que tem a ver com assimetrias regionais e com outros critérios.

Nesta fase, esta proposta é da maior importância e nós achamos que este sinal que o nosso Parlamento hoje aqui deu também é importante e é importante para todos e também é importante para os açorianos perceberem que quando estão em causa valores da maior importância, questões estratégicas, a defesa dos interesses dos Açores, todos os partidos políticos são capazes de pôr a parte mais partidária de lado e juntarem-se numa expressão de vontade que tem o maior significado. Nós reconhecemos isso aos partidos da oposição.

É esta a cultura democrática do PS e nós reconhecemos e agradecemos que, tal como o convite que eu procedi, que tenham tido a capacidade de se juntar a nós, de se unir ao PS, porque isto confere maior força à liderança que naturalmente o PS assume neste processo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS uma vez mais colocou-se ao lado dos açorianos, votou, nesta Casa, favoravelmente um ponto resolutivo que diz, e passo a citar:

“Manifestar total solidariedade e apoio ao Governo da República em todas as diligências e ações por ele desenvolvidas para a realização dos objetivos constantes desta Resolução”.

Como o CDS não dá cheques em branco, a partir do momento em que vota favoravelmente este ponto resolutivo, exigirá do Governo da República igual solidariedade quando for a altura de fazer a distribuição dos fundos europeus para as Regiões.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Como é evidente! Que conversa é essa?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Sras. e Srs. Deputados, vou passar a ler a Proposta de Deliberação Final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Bom dia a todos e bom regresso a casa.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

José António Vieira da Silva **Contente**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

César Leandro Costa **Toste**

João Luís Bruto da Costa Machado **da Costa**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco